

REQUERIMENTO

(Do Sr. LUIZ PAULO VELLOZO LUCAS)

Requer a inclusão da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio no despacho de tramitação do Projeto de Lei nº 2.906, de 2008.

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, em especial o art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio no despacho inicial apostado ao Projeto de Lei nº 2.906, de 2008, de autoria da nobre Deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), que dispõe sobre a indicação geográfica protegida para o biocosmético amazônico.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se do Projeto de Lei nº 2.906/2008, que “dispõe sobre a indicação geográfica protegida para o biocosmético amazônico”, que teve como despacho inicial as Comissões da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Regimentalmente, nos termos do art. 32, VI, compete à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC, dentre outras atribuições, apreciar as proposições sobre “assuntos relativos à ordem econômica nacional” (alínea b) e sobre “política e atividade industrial, comercial e agrícola (...)” (alínea c).

O projeto de lei em epígrafe pretende restringir a categoria de biocosméticos amazônicos àqueles que atenderem a porcentagens mínimas específicas quanto ao valor total do custo das substâncias constituintes da sua fórmula devidos ao uso de matérias-primas amazônicas e quanto ao valor total do seu custo devido à aquisição de matérias primas amazônicas ou insumos e embalagens elaboradas a partir de matérias-primas amazônicas. Adicionalmente, a proposição impede qualquer denominação ou referência ao uso de ingredientes amazônicos.

Desta forma, quer-nos parecer que a matéria engloba repercussões importantes no que se refere ao possível surgimento de reservas de mercado, à produção de insumos na região amazônica, ao conceito de Processo Produtivo Básico no âmbito da Zona Franca de Manaus e à restrição da pesquisa e inovação na utilização da biodiversidade amazônica.

Portanto, é matéria que diz respeito à ordem econômica nacional e, em particular, aos setores econômicos primário, secundário e terciário, assuntos do campo temático deste órgão técnico, conforme mencionado acima.

Dessa forma, é de todo certo que a CDEIC deve ser ouvida na análise deste projeto, em razão de sua específica atribuição em assuntos que versem sobre atividade comercial.

Sala das Sessões, em de de 2008.

LUIZ PAULO VELLOZO LUCAS
Deputado Federal - PSDB/ES